

A autoridade atribuída pela sociedade aos profissionais da saúde e sua influência sobre a formação de psicólogos como possível geradora de agentes iatrogênicos.

Daniel Diehl Arrivabene¹

A sociedade contemporânea sofre ampla influência da atuação dos profissionais da saúde há muito tempo. É até mesmo difícil conceber a dinâmica social moderna sem a presença pujante da medicina e dos medicamentos como instância decisória sobre a vida das pessoas, no que tange à saúde e aos hábitos de vida saudáveis. Entretanto, tal formatação social que tem como base a visão dos médicos implica a perda de autonomia dos indivíduos (ILLICH, 1975).

O sujeito não é mais a principal fonte de informações e decisões sobre a própria vida. Espera-se que todos se submetam aos exames médicos quando solicitados, ao crivo dos profissionais da saúde e a uma obediência acrítica às orientações (ILLICH, 1975). Nesse contexto, os psicólogos também compõem um todo homogêneo de profissionais da saúde que têm a sua formação amparada sob a égide do determinismo biológico (BRITO, 2005).

Diante de tal contexto e a fim de não permanecer inerte, como se a medicina fosse algo sacrossanto, faz-se necessário contrapor esse domínio por meio da seguinte questão: o fato de a sociedade atribuir demasiada obediência ao saber dos profissionais da saúde pode afetar a formação de psicólogos de modo a fomentar o desenvolvimento de agentes iatrogênicos?

Sabe-se que, no ocidente, a psicologia recebe grande influência do determinismo biológico e que a maior parte dos grandes pensadores da psicologia também recebeu tal influência do contexto em que viveu. Logo, essas pessoas também estavam imbuídas do mesmo olhar naturalista (BRITO, 2005).

Portanto, não seria algo difícil de imaginar que a formação de psicólogos também esteja imersa nas mesmas teorias e formate os profissionais para que atuem com base na relação causal corpo/mente ao tratarem seus pacientes. Tal modo de

¹ Graduado em Administração de Empresas, em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília/UniCeub. Texto produzido na disciplina CAI Escolar I, sob orientação da Profa. Ingrid Lilian Fuhr.. Mestrando em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília/UnB).

lidar com os clientes acabaria por direcioná-los, ao menos parte deles, para o consultório dos psiquiatras, que seriam, em última instância, os detentores do saber conclusivo sobre como tratar as dores da alma humana: com remédios, é claro!

Vale ressaltar, contudo, que o presente trabalho não desconsidera o valor da medicina, dos medicamentos ou mesmo do viés do determinismo biológico, de maneira alguma, pois os benefícios advindos da ciência médica e farmacológica são extraordinários. O problema é que a sociedade passou a ser consumidora de saúde, obedecendo a uma lógica econômica que leva muitas vezes à iatrogenia (ILLICH, 1975). O presente texto tem, portanto, o intuito de fomentar a reflexão sobre a formação dos psicólogos e a existência do risco de que, em certos casos, eles se tornem agentes iatrogênicos. Tal resultado seria o oposto do propósito primordial da psicologia, que é o de propiciar melhor qualidade de vida por intermédio da corroboração para uma melhor saúde mental.

Para compreender as bases epistemológicas da Psicologia e, posteriormente, analisar a compleição da formação dos psicólogos, faz-se necessário conhecer as correntes filosóficas que sustentam a Psicologia na condição de ciência. Dentre elas, é possível destacar três, a saber: Positivismo, Empirismo e Materialismo (BRITO, 2005). O Positivismo refere-se a uma corrente filosófica criada por Augusto Comte, que defende que o conhecimento científico, diferentemente do conhecimento teológico ou metafísico, deveria ser respaldado por sua sistematização e que deveria, ainda, ser observável e quantificável (BRITO, 2005). Como a Psicologia era candidata a tornar-se ciência àquela época, deveria enquadrar-se no escopo do observável e do quantificável advindos do Positivismo, como de fato ocorreu. Tal fato reforçou ainda mais suas raízes naturalistas.

O Empirismo se relaciona à prática e defende que o conhecimento é adquirido por intermédio dos órgãos sensoriais. Já o materialismo possui sua ênfase na fisicalidade das matérias. Para essa corrente filosófica, a compreensão dos processos mentais passaria necessariamente pelo estudo do cérebro (BRITO, 2005).

Considerando as mencionadas bases filosóficas que propiciaram à Psicologia seu desenvolvimento como ciência, torna-se mais claro que os autores derivaram seus estudos por meio de um olhar filosófico que privilegiava o tangível ao intangível, até mesmo pelo desenvolvimento da própria ciência à época. Exponentes da psicologia são, em sua maioria, pensadores que se valem do determinismo biológico. Como

exemplo, é possível citar os seguintes: Wundt (1832-1920); Pavlov (1849-1936); Freud (1856-1939); Watson (1878-1958); Skinner (1904-1990), entre outros.

Por outro lado, um autor cuja relevância é reconhecida e que destoa das bases do determinismo biológico é o russo Vigotski (1896-1934), que segue a matriz histórico-cultural. Segundo tal corrente de pensamento, a estrutura psíquica do homem possui sua gênese no contexto social e cultural em que tal homem esteja inserido. Dessa forma, a matriz histórico-cultural constitui-se paralelamente à psicologia hegemônica no ocidente (BRITO, 2005).

Ao considerar que a formação dos psicólogos reside sob o guarda-chuva do olhar naturalista, quais seriam, portanto, as implicações para a prática do psicólogo clínico em suas atividades cotidianas?

Primeiramente vale destacar que, assim como no caso dos médicos, os psicólogos possuem a prerrogativa de “diagnosticar”. Psicólogos não são autorizados a emitir um diagnóstico, somente um médico, a exemplo do psiquiatra, pode fazê-lo. Todavia, na prática espera-se do psicólogo um parecer/laudo psicológico sobre a saúde mental do paciente. E espera-se tal “opinião” justamente porque toda a sociedade ocidental está convencida de que as autoridades da saúde estão respaldadas pelo que há de mais moderno em termos de conhecimento, a ciência moderna, a qual, conforme elucidado anteriormente, é essencialmente naturalista. Vale reforçar, entretanto, que o intuito deste texto não é o de minimizar a importância da ciência moderna, pelo contrário. O que se propõe é a necessária reflexão sobre o modelo vigente de ciência. Essa discussão visa contribuir para seu aprimoramento e, conseqüentemente, sua melhor aplicação em prol das pessoas.

Diante do contexto de contemporaneidade apresentado, portanto, percebe-se que os psicólogos (e demais profissionais da saúde) tendem a ser pressionados pelos pacientes a emitir um “diagnóstico”, afinal o paciente precisa nomear os males que o acometem (ILLICH, 1975). Sabe-se que são muitos os “diagnósticos” emitidos, o que se constata se observarmos que termos técnicos da psicologia já fazem parte do cotidiano e do senso comum, como por exemplo: TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo); ansiedade; depressão; esgotamento (Burnout) e assim por diante. Diversos termos popularizados são, inclusive, utilizados erroneamente pelas pessoas leigas. Não é incomum ouvir alguém dizer que possui TOC referindo-se a algum hábito curioso ou excêntrico que não caracterizaria propriamente um transtorno.

A valorização social da necessidade de diagnósticos pode representar alteração no modo como as pessoas lidam com aspectos pontuais de sua rotina e que poderão alterar a percepção que se tem dessa pessoa em sua atuação no mundo. Por exemplo, um desempenho considerado insatisfatório na vida escolar pode levar à conclusão e consequente justificativa de que aquele problema decorre de um TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade); outra pessoa pode demonstrar pouca paciência e ter seu comportamento associado a um diagnóstico de bipolaridade; um adolescente pode achar interessante dizer que tem TOC como forma de diferenciar-se dos demais e assim por diante. De fato, tais transtornos e doenças mentais podem sim afetar muito a vida das pessoas que os possuem, todavia, existem “diagnósticos” equivocados, bem como outros acertados que são utilizados socialmente para além do seu propósito técnico.

Um diagnóstico, um parecer ou um laudo são como a foto de um instante e não contemplam em si, necessariamente, a aquiescência de liberdade que o paciente precisa para fluir em outras direções, mas sim o induzem a cristalizar-se naquela sentença, a ser estigmatizado (DA SILVA; MELLO; SILVA, 2015).

Existem casos em que o diagnóstico irá ensejar a busca por mudança, por uma cura. Contudo, a depender do sujeito e do estado psíquico em que se encontra, o parecer do psicólogo pode corresponder a uma sentença duradoura ou até mesmo perpétua na vida da pessoa. Nesse contexto, um parecer psicológico que sugira um diagnóstico não representaria, em termos de sua melhora, ajuda efetiva. (DA SILVA; MELLO; SILVA, 2015).

É necessário, portanto, muito zelo e cuidado ao declarar um “diagnóstico” psicológico, sendo de suma importância considerar o contexto psíquico do paciente a fim de não direcioná-lo a renúncias libidinais que lhe seriam necessárias para superar o problema ou, ao menos, melhorar sua condição ao limite máximo das suas possibilidades. Caso contrário, os psicólogos estarão agindo como agentes iatrogênicos.

Referências

BRITO, I. **Desenvolvimento Infantil: Concepções de professores e suas implicações na manifestação do preconceito.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2005.

DA SILVA, Denise Regina Quaresma; MELLO, Magda Medianeira; SILVA, Thomas Josué. Reflexões sobre os impasses do diagnóstico psicológico de uma criança na clínica e na escola. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 151-166, 2015.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde: nêmesis da medicina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.